

O Estadista Agamemnom Magalhães

sua trajetória política – sua atividade jornalística

JARBAS MARANHÃO

A trajetória política

Advogado e político, autêntico homem público e pela antevisão das questões do interesse coletivo um verdadeiro estadista.

Como ele mesmo escreveu, desde 1916, quando terminou o curso acadêmico, sua atividade se distribuiu entre o pretório e o parlamento.

“Advogado e político, o Estado e o Direito têm sido a grande emoção da nossa vida pública”.

A advocacia foi o período inicial; logo depois a política o absorveu e o empolgou.

Foi Deputado estadual e federal. Deputado às Constituintes de 1933 e 1946, de que resultaram as Constituições de 1934 e 1946, respectivamente.

Ao terminar em 1934 as provas para a Cátedra de Direito Público e Constitucional da histórica Faculdade de Direito do Recife, o Presidente Getúlio Vargas o convidou para ser Ministro do Trabalho.

Desde aí iniciou a luta no campo político – pois já a vinha travando no campo doutrinário do Direito – em favor da economia nacional e contra toda e qualquer forma de abuso do poder econômico.

Enfrentou o truste de óleo no Nordeste, o de tecidos – o caso *rayon* e outra batalha foi a da nacionalização dos seguros.

Ainda no Ministério do Trabalho – com a sua grande sensibilidade para a questão social – deve-se a ele a criação dos mais importantes Institutos de Previdência e Assistência Social. Pela sua contribuição neste setor, pode ser denominado de o Ministro da Previdência

Jarbas Maranhão foi Secretário de Estado, Deputado Constituinte em 1946, Senador, Presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco, Professor de Direito Constitucional. É integrante da Academia Pernambucana de Letras.

Social no Brasil. Foi ainda, nesta fase, Ministro da Justiça interino.

Do final de 1937 ao início de 1945 ocupou o cargo de Interventor Federal em Pernambuco. Seu governo caracterizou-se pela austeridade e zelo das finanças públicas. Inovou nos vários campos da administração, de tal forma que o ex-governador Roberto Magalhães Melo disse que “por seu descortínio como administrador público, pela sua obra política, pode ser considerado o desbravador do Pernambuco contemporâneo”.

Ministro da Justiça, em 1945, a sua experiência e formação no campo da ciência política levou-o a inaugurar, no Brasil, os partidos políticos de âmbito nacional.

Foi um dos fundadores do antigo e poderoso Partido Social Democrático, nos planos nacional e de Pernambuco; e uma de suas mais sólidas lideranças no estado e no país.

Sua missão naquele Ministério era a de promover a legislação imprescindível à redemocratização.

Fez editar os diplomas necessários a respeito. E a lei eleitoral permitiu que o trabalhador pudesse votar mediante alistamento *ex officio*.

Eleito deputado federal para a Constituinte de 1946, fez parte da Grande Comissão que elaborou o anteprojeto de Constituição e foi o relator do Capítulo da Ordem Econômica e Social.

Ao iniciar-se a Constituinte escreveu a respeito, a 2 de fevereiro de 1946, um artigo em que retrata logo as suas tendências a favor de uma democracia de inspiração social.

“Após a Guerra de 1914, surgiram, é verdade, muitas constituintes e muitas Constituições... Tempos depois ruíram as Constituições de Weimar e a da Espanha, admiráveis construções políticas e o mundo mergulhou nas trevas... Sou, entretanto, otimista, porque as experiências totalitárias fracassaram também. O que não há dúvida é que há outro centro de gravidade e as democracias já o compreenderam. Esse centro de gravidade é o fato social, e este será o conteúdo das novas instituições políticas... O que está provado e duramente provado é o seguinte: se as democracias, com o individualismo, resolveram o problema da produção, deixaram insolúvel outro problema mais grave, o problema da

distribuição... O desemprego é, ao meu ver, a maior contradição das democracias. Estas só poderão subsistir, como dizia Franklin Roosevelt, criando as novas cartas dos direitos econômicos do homem... É muito fácil fazer uma Constituição. Mas, não é fácil fazer uma Constituição que corresponda à realidade brasileira... A vida lá fora é que é indispensável ver e sentir. O que precisamos é de realismo político e profundo senso de evolução e ordem. Sob esse signo, a Constituinte poderá realizar obra feliz para os brasileiros. Olhar para o futuro e não para as estruturas mortas. Olhar para a vida e não para os túmulos... Creio que não há hoje, no mundo, mundo sob o signo da socialização, duas opiniões a respeito”.

Promulgada a Constituição de 1946 e iniciada a legislatura ordinária, foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, não só pela sua expressão na política nacional, como pelos seus grandes conhecimentos jurídicos.

Exerceu o cargo com a sua reconhecida autoridade e competência e sempre muito vigilante na defesa de seus princípios e do que fosse realmente significativo para os interesses do Brasil.

Ao término do mandato parlamentar, em 1950, o Partido Social Democrático o fez candidato ao Governo do Estado.

Enfrentou uma ampla e fortíssima coligação de partidos. Nossa agremiação, o PSD, ficou praticamente isolada na campanha, que foi disputadíssima.

Seus adversários queriam, a todo custo, arrebatá-lo a liderança no Estado. Era uma hora decisiva para o seu destino político.

Lembro-me do que ele declarou quando, atendendo às aspirações das bases, o diretório lançou o seu nome como candidato ao governo.

Chamou a atenção para a atitude dos diretores de lançarem candidato justamente o líder do partido, num momento de incerteza de vitória.

Não era o receio da competição. Acostumara-se a grandes e ásperas refregas.

Era o senso da responsabilidade perante os correligionários e as frações do povo que o seguiam ou apoiavam.

Estava também emocionado e preocupado

com os sentimentos de antigo e caro companheiro de lutas, velho e dileto amigo, que divergira, pois aspirara a ser candidato e as circunstâncias não favoreceram.

Mais tarde pediu-me, reservadamente, que procurasse reverter a situação que, como se apresentava, lhe era muito penosa.

Deu-me elementos para propor justas compensações, mas tudo foi em vão. A política oferece, muitas vezes, essas horas de profundo constrangimento.

Disse-me ainda:

“esqueça-se que é candidato à reeleição (éramos deputado federal). Quero que estejamos juntos nos comícios que hei de fazer em todos os municípios do Estado. Se você não for reeleito e eu ganhar a eleição, não haverá problema. Se ambos perdermos, começaremos tudo de novo”.

Assim, por toda a extensão de nosso Estado, da capital ao rincão mais longínquo do interior, litoral, mata, agreste, sertões – o do São Francisco, o do centro e o dos contrafortes da serra do Araripe – pude observar o sentimento e a segurança com que se referia aos problemas e às peculiaridades de cada uma das regiões.

Pude observar, igualmente, a sua alegria na proximidade das multidões que o aclamavam, e como era intensa sua emoção no contato direto com o povo que o elegeu Governador Constitucional de Pernambuco.

Sua vitória resultou sobretudo do apoio cerrado das classes populares, da vibração dos menos favorecidos, da solidariedade da gente humilde.

Neste período governou apenas um ano e oito meses, pois na fatídica madrugada de 24 de agosto de 1952 o seu coração foi fulminado por um infarto.

O homem de luta no campo político e administrador austero e enérgico era um amigo devotado e atento. Daí a razão de tantas lealdades e dedicações.

No seio da família, um exemplo de compreensão e afetividade.

Os irmãos e sobrinhos o queriam muito e o admiravam.

Os filhos Paulo Germano, Maria Thereza, Maria Lécia e Maria do Carmo mereceram o carinho paterno e conservaram intenso e vibrante o amor filial.

E sua mulher, a sempre querida Dona Antonietta, uma grande senhora, pela nobreza

dos sentimentos e virtudes, a maravilhosa e amada companheira de sua vida.

Agamemnom Sérgio de Godoy Magalhães, apesar de seu carisma, não foi um líder personalista. Em sua atividade política preocupou-se em formar quadros, em fazer escola de homens públicos.

Deu prestígio e força a Pernambuco no plano nacional buscando os melhores caminhos para os destinos do país. Marcou a vida brasileira e a de Pernambuco com os seus exemplos de espírito público e arrojo administrativo; e com a transmissão e debate de seu pensamento político e social.

Mostrou-se, no Parlamento como no governo, um político de idéias, da maior responsabilidade, altivo e austero, em sua generosa vocação de servir.

De início, promotor público e advogado; logo depois deputado estadual, por duas vezes; deputado federal em quatro legislaturas, incluindo-se as Constituintes de 1933 e 1946; Ministro do Trabalho; Ministro da Justiça, numa interinidade; Ministro da Justiça, como titular; Interventor Federal no Estado, do final de 1937 a fevereiro de 1945; Governador Constitucional de Pernambuco, de janeiro de 1951 a agosto de 1952; catedrático do velho Ginásio Pernambucano e da tradicional Faculdade de Direito do Recife, magistérios alcançados com a defesa de suas teses de Geografia – *O Nordeste Brasileiro* – e sobre *O Estado e a Realidade Contemporânea*, ele escreveu ainda numerosos artigos de jornal, numa atividade que serviu para o registro de suas lutas e para o conhecimento pela sociedade de seu pensamento e ação.

Precursor no campo das idéias e nos planos de administração, foi um estadista pela antecipação dos problemas e questões fundamentais de sua época.

O deputado Amaury Pedrosa acentuou um dos ângulos de sua personalidade:

“Homem de ação, por excelência, tinha de ser um forte, como sempre o foi, sendo esta a sua primeira e principal virtude”.

Segundo outro estudioso, Andrade Lima Filho, ele, para o povo, foi, antes e acima de tudo, o timoneiro seguro da nau administrativa, o político das miradas, como diria Roosevelt,

“o homem em dia com os problemas cruciais de sua terra e de seu tempo, que se atirava a eles com a sagacidade de um

decifrador de esfinges e a segurança dominadora de um autêntico homem de exceção... e que soube projetar-se na consciência das gerações e na continuidade dos tempos, pela ação, pela palavra e pelo exemplo, com a soberba legenda da imortalidade”.

O governante Agamemnon Magalhães, fossem quais fossem as dificuldades que haveria de enfrentar, jamais perdeu o entusiasmo e a confiança em seus princípios e atitudes; e a nítida inclinação de bem servir terminava por convencer a todos da razão de seus planos de governo.

As posições por ele assumidas nos Poderes Legislativo e Executivo, bem como na imprensa, incentivaram-se sempre tanto em seu espírito de homem público como em sua condição de intelectual.

Quando muitos se acomodaram e se mostraram descrentes ou agiram apenas em função de seus pequenos interesses, ele lutou tenazmente pela recuperação do homem.

Não temia os problemas por mais complexos e árduos. E, sem demagogia, guardou sempre a orientação de explicá-los de público, mostrando afirmativamente como resolvê-los, com o que alcançava a adesão popular, o apoio da opinião.

O estudioso da história ou o sociólogo há de ver nele um prenunciador pelas suas iniciativas na administração, pelo pioneirismo e relevo de suas obras, antecipação de medidas e providências, e com os estímulos que propiciou; e tudo “num ambiente de lutas incessantes e mesquinhas, de imperfeições e de indigência de recursos, de marasmo que se afigurava invencível, alimentado pelo comodismo rotineiro e doentio”.

Disse o saudoso Professor José Joaquim de Almeida, catedrático da Faculdade de Direito do Recife, que

“ele nascera para governar, impondo-se como condutor de homens, pois sabia como ninguém ensinar dirigindo e dirigir ensinando, em exemplos edificantes de vigor e inteligência; e que tinha a noção perfeita da necessidade de harmonizar esse dualismo angustiante que é o drama da realidade contemporânea – civilização e cultura – traduzindo a pugna incessante entre o sentido material e espiritual da vida”.

Agamemnon Sérgio de Godoy Magalhães, filho do juiz de direito e depois deputado Dr. Sérgio Nunes de Magalhães e de dona Antônia de Godoy Magalhães, nasceu em Pernambuco, a 5 de novembro de 1893, na antiga Vila Bela, hoje município de Serra Talhada, no sertão do Pajeú.

Faleceu na madrugada de 24 de agosto de 1952, aos 58 anos de idade, relativamente moço, muito moço mesmo para um estadista no pleno entusiasmo e propósito de contribuir e realizar em benefício de Pernambuco e do país.

O golpe brutal e imprevisto uniu correligionários e adversários, numa impressionante manifestação de pesar, jamais vista, como se toda sociedade pernambucana, espontaneamente, fizesse questão de consagrar a sua obra e a sua vida de lutador intransigente pelo bem coletivo.

A ninguém escapou a enorme extensão da perda e houve quem dissesse que até na morte ele revelara a sua vocação política.

O Jornal do Commercio (do Recife), depois de ponderar a sua insuspeição, assinala que, da mesma forma que o povo, sente e sofre a perda irreparável do singular homem público; que sua esclarecida visão de administrador, sua vivaz intuição do substrato econômico-social e a probidade no serviço público foram marcas perenes de sua excepcional carreira; e que o desvelo da coisa pública era o sinal e virtude dos estadistas como ele.

E mais:

“Há, entretanto, outro significado dessa perda a considerar. O significado, ainda pernambucano, mas já nacional, também, desse claro aberto, com seu falecimento, nos quadros dos grandes homens de Estado no Brasil”.

Por sua vez, a *Folha da Manhã* observa que se as divergências, em vida, se estabeleceram, não raro azedas e até rudes, a hora da justiça é precisamente essa em que todos se reúnem em nome da verdade para o testemunho memorável dos tempos.

Definiu Agamemnon Magalhães como

“homem marcante, singular e excepcional e que ele não cresceu por um desses imperativos do destino, pelos favores da contingência humana ou social; sua vitória é a da tenacidade inquebrantável, da bravura tão autenticamente pernambucana, da honestidade, da consciência

reta e limpa, da pugnacidade indomável, tudo isso fazendo de sua ação um exemplo e da sua luta uma vocação”.

Em seguida mostra quão profundo era o sentimento do povo e o sentido do poder para o grande político desaparecido.

“O povo veio ontem, diante de seu ataúde, dizer ao grande batalhador que o amava porque ele o amou, que o conhecia porque ele o conheceu e que o exaltava porque o poder para o senhor Agamemnon Magalhães era o enobrecimento e a grandeza dos humildes. Foi um carro triunfal aquele que, conduzindo o grande morto, trazia consigo, por um paradoxo inelutável, a apoteose da vida. Não era um enterro a cumprir um itinerário, como tantos, era uma consagração”.

O *Diário de Pernambuco*, em editorial, assim se manifestou:

“O inesperado falecimento de Agamemnon Magalhães no apogeu de sua carreira transfere-se, sem nenhuma concessão de necrológio, para o campo das perdas irreparáveis”.

E acrescentava:

“Não era um governante comum que desaparecia. Desaparecia um líder autêntico em pleno domínio das qualidades positivas de experiência e comando”.

Desaparecia – aditamos – numa hora de dificuldades nacionais e quando era apontado como uma reserva de moralidade e patriotismo.

Não importa os combates que travara na defesa das causas que o inspiraram, quando, àquela altura, transformara-se numa esperança, todos vendo nele o estadista honrado e competente para servir aos ideais da nacionalidade.

A atividade jornalística

Os artigos de Agamemnon Magalhães transmitem, com muita nitidez, a visão, ou a imagem de um período da história do país, marcado pelo caráter de transição.

Tanto na fase do Estado Novo como na da redemocratização ou reconstitucionalização, eles incrementaram o debate das idéias políticas e de questões predominantes à época e ainda hoje atuais.

Os seus argumentos, num estilo direto, cortante, agudo, comunicativo tornavam-se facilmente apreendidos.

A frase é clara e forte, prendendo a atenção e despertando o interesse do leitor.

Versando as mais variadas e importantes matérias, assumia uma feição pedagógica e não apenas informativa, alcançando a maior repercussão.

Os seus textos concisos traduziam uma personalidade carismática e a tenacidade de um intelectual e líder político empenhado em sua doutrinação.

Não é sem razão que ele escreveu não haver democracia sem educação e que a educação não se faz somente na escola, mas com o subsídio de muitos órgãos, inclusive com a pregação dos homens públicos e dos partidos políticos. Não fossem essas entidades destinadas à formação da opinião pública, através das discussões doutrinárias e dos problemas de natureza coletiva.

Tinha o gosto da controvérsia, e havia nele uma certa inclinação polêmica.

Procurou sempre ser fiel a si mesmo e voltava-se de preferência para os problemas humanos.

Sua maior vibração verificava-se na defesa dos mais humildes, como se nessa luta identificasse seu próprio destino.

Era um político por vocação, isto é, pessoalmente desprendido, no entendimento de que o bem comum é o objetivo único do poder. Ele dizia “esquecer-se de si mesmo pensando e agindo”.

O poder é para servir, para ser útil, como uma constante atividade de doação.

O político verdadeiro é um ser permanentemente vigilante, atento aos interesses da coletividade.

A política o seduziu sempre, o agitou e o prendeu numa dedicação de tempo integral, até que as inquietações e tensões do espírito contribuíram para fulminar seu coração com um infarto.

Escreveu, discutiu, debateu, doutrinou no Parlamento, nos livros, nas teses para conquistar cátedras, como conquistou, e na imprensa, diariamente, por vários anos.

E não se pode dizer que, por meio do jornal, sua contribuição ao estudo da realidade brasileira e das idéias tenha sido menor.

Fez um meritório esforço de conciliação da política e da cultura.

Seus artigos foram numerosos, focalizando uma multiplicidade de assuntos, refletindo uma

época das mais densas e problemáticas, desde fatos do cotidiano a questões doutrinárias e problemas de cultura e de governo.

Escreveu sobre política, direito, economia, história, educação, cultura, filosofia, literatura, imprensa, saúde, classes trabalhadoras, administração, ação social, nordeste, sítios históricos, tradições culturais, Estado Novo, Constituinte de 46, Segunda Guerra Mundial, personalidades, municípios, cooperativismo, combate aos mocambos, ao latifúndio improdutivo e aos trustes. E, como foi observado, “à resistência aos nazi-fascistas, tema que muito o apaixonou”.

Os artigos eram diários. Descia às 8 horas ao gabinete de trabalho, onde despachava e concedia audiências populares ou públicas.

Seus oficiais de gabinete, então, o admirável e saudoso Ruy do Rego Barros e eu, sabíamos que durante 10 a 15 minutos ele não poderia ser interrompido. Logo nos chamava e o Secretário do Governo, José Maria de Albuquerque Melo, entregava o artigo, escrito às pressas, numa letra nervosa, quase ilegível, à excelente funcionária Maria Luiza Rosa Borges, que se entendia muito bem com aqueles rabiscos, e os traduzia e datilografava com perfeição.

Revisto por ele, cabia a mim levar pessoalmente o artigo, toda noite, à redação e entregá-lo ao redator-secretário, Cleophas de Oliveira – tal era o seu cuidado a respeito.

A *Folha da Manhã* alcançou grande penetração, não somente pelo seu prestigioso corpo de redatores, à frente deles, o redator-chefe, o saudoso intelectual e homem público Nilo Pereira, como principalmente pela curiosidade e interesse despertados nas elites e no povo, em conhecer as idéias ou pontos de vista do governante sobre fatos do cotidiano ou questões transcendentais, sempre transmitidos num estilo que, pela síntese e clareza, eram facilmente assimilados por todos.

E não era outro o objetivo de Agamemnon Magalhães senão este: o de ser entendido pelo maior número, pelo povo, comunicando, abertamente, a sua emoção e o seu pensamento, as suas tendências e ideais.

Temperamento ardoroso na defesa ou manifestação de suas posições sofreu em contrapartida ataques injustos.

Um deles – diz Nilo Pereira – o de ser simpatizante do Eixo. E acrescenta: nada mais injusto. Seus artigos são o melhor desmentido

a essa grosseira insinuação, que a história repele em nome da mais incontestável verdade. E, em seguida, dá o seu testemunho de redator-chefe da *Folha da Manhã*:

“o interventor Agamemnon Magalhães, que era, como se sabe, um nacionalista, teve em relação às potências do Eixo a atitude de um brasileiro digno desse nome. Sua colaboração com a Quarta Esquadra Norte-Americana, em operações no Atlântico Sul mereceu do Almirante Ingram, comandante em chefe dessa esquadra, os maiores elogios, que também não lhe foram regateados pelo Brigadeiro Eduardo Gomes”.

Versou diversificados temas, mas um deles – o da questão social, em todos os seus aspectos, as relações entre o trabalho e o capital, a sorte dos menos favorecidos da fortuna – prendeu, mais que todos, a sua atenção.

Mauro Motta aponta, em sua colaboração diária, os artigos que ele escreveu sobre lavadeiras, operários urbanos e rurais e cenas da vida dos humildes. E que, no geral, são artigos curtos, inclusive na estrutura do fraseio; mas não são de fôlego curto nem incultos, representando, no conjunto, subsídio para o conhecimento de muitas faces das idéias e da conduta de Agamemnon na vida pública e mesmo pessoal.

Escreveu Andrade Lima Filho que ele era o jornalista do “short” à maneira de Austregésilo de Athayde,

“sacudindo os fatos, nervosamente, no jornal de um modo quase lacônico. Mostrava o que a seu ver era a solução certa, para terminar colocando o leitor diante de uma alternativa. Certa vez, por exemplo, depois de pregar a necessidade do aproveitamento da energia hidrelétrica de Paulo Afonso, de que foi pioneiro, encerrava o assunto, de súbito, dessa forma que era típica de seu estilo exuberantemente afirmativo, estilo de quem fecha a questão e não admite contraste: ‘ou essa orientação, ou ficaremos de cócoras, à espera das chuvas’”.

Andrade Lima observa ainda que dentro do apanhado dos fatos ele lançava a tese, informando e doutrinando ao mesmo tempo, o artigo sendo, simultaneamente, notícia e substância, registro e idéia; que vibrante, candente, dinâmico, às vezes manifestando-se como panfletário, mas sobretudo sintético, o estilo era nele,

em verdade, a encarnação do próprio homem; o jornalista um reflexo do administrador voltado de preferência para os problemas sociais, pois o fato social era a sua constante.

Mas uma coisa é certa – insiste Andrade – se há na política como no jornalismo, uma tortura da forma, ele foi possuído por ela. Era a tortura do fato social que o fazia, por vezes, irascível e contundente diante das misérias e injustiças do mundo. E isso, não raro se refletia nos seus modos de fazer jornalismo.

Na Assembléia Legislativa, nas Constituintes federais de 1933 e 1946, na Câmara dos Deputados, no Ministério do Trabalho e no Ministério da Justiça, na Interventoria Federal e no Governo Constitucional de Pernambuco a preocupação com o social foi nele dominante.

Da mesma forma, em seus numerosos artigos, a libertação das massas populares socialmente injustiçadas foi sempre muito

presente em seu espírito.

Num deles salientou:

“Quando eu recebo diariamente todos os aflitos, que me procuram, é precisamente para evitar as iniquidades sociais”.

O registro, com acerto, de um cronista de que ele era homem de poucas palavras, mas quando as pronunciava ia direto ao assunto, realista e objetivo, mereceu o comentário de Andrade Lima Filho, de que

“era o seu feitio. O feitio de um homem singularmente dinâmico, explosivo e inquieto, que não perdia tempo, como se adivinhasse que escasso seria o que a Providência lhe reservara”.

O exercício do jornalismo completa e enriquece a biografia de Agamemnon Magalhães, um estadista que, pelo pensamento e ação, marcou época e entrou na história.

